



Política

Página 3 • Teresina, Quinta 23 de Março de 2017

ABASTECIMENTO

Após liminar, Governo assina contrato de subconcessão da Agespisa com a Aegea

Empresa Aegea terá agora seis meses para começar a operar os serviços de abastecimento e saneamento no Estado

Ithyara Borges
Repórter

O Governo do Estado assinou ontem (22) o contrato de subconcessão dos serviços da Agespisa com Aegea Saneamento. O processo foi finalizado após o Tribunal de Justiça (TJ) conceder uma liminar em mandato de segurança e suspender todas as análises do Tribunal de Contas do Estado

(TCE) sobre a licitação.

Ontem, na primeira reunião, o Governo pediu agilidade à empresa quanto ao início das obras em Teresina. De acordo com o contrato, a Aegea tem o prazo de até seis meses para começar a operar na cidade devido à extensão do sistema no município. "Há uma urgência em relação às obras, não dá para esperar seis meses de transição. Mas a empresa precisa ter, primeiro, o conhecimento do que já existe de infraestrutura", destacou Viviane Moura, superintendente da Suparc.

De acordo com a Superintendente, o comitê de monitoramento, que vai fiscalizar a atuação da Aegea, será instalado hoje (23) com a participação da Prefeitura e do Estado. "Vamos começar a tratar o plano de investimento e cronograma de obras na Capital

e, por parte da Agespisa e do Instituto, começar a tratar a questão do próprio órgão, a questão dos empregados", explicou Viviane Moura.

O projeto de subconcessão da Agespisa transfere o serviço de águas e esgotos de Teresina para a empresa Aegea Saneamento. A empresa que venceu o processo de licitação ganhou o direito de explorar o setor até 2047 e terá que investir R\$ 1,7 bilhão na área. De acordo com o diretor da Aegea, Hamilton Amadeo, a metade do valor referente ao investimento total será aplicada nos primeiros cinco anos, tempo em que também pretende universalizar a água. "Estamos preparados para em um curto espaço de tempo assumir a concessão. O processo de transição vai depender do Estado", declarou.

O edital de licitação da PPP prevê ainda que a empresa re-

duza a perda de água, que hoje é mais de 50%, para até 25%. Segundo Hamilton Amadeo, a meta da Aegea é 15% em 5 anos. "Em um primeiro ajuste a gente consegue trazer a perda para 35% ou 40% em um ano. Dali para frente é um pouco mais demorado", pontuou.

O Secretário de Administração, Franzé Silva, afirmou que a finalização do processo vai resolver, definitivamente, o problema de água e esgoto em Teresina. "Foi um processo seletivo muito complicado e fiscalizado. Nós deixamos correr no Tribunal para tornar mais transparente. Houve um mal entendido em todo o processo. Não poderíamos deixar a população ser desassistida por mais tempo por causa de uma judicialização que não tinha mais como acontecer", finalizou.

Aegea vai manter parte dos funcionários da Agespisa, garante Diretor

O Diretor da Aegea Saneamento informou que a empresa deve manter boa parte do quadro de funcionários da Agespisa. Segundo Hamilton Amadeo, o papel da empresa é suprir de os recursos financeiros e, portanto, tem a necessidade de aproveitamento do corpo técnico do órgão.

"A companhia não vai abrir mão do conhecimento técnico que já existe. Nós não pretendemos trazer muita gente de fora, vamos usar a população local. Provavelmente, nos primeiros anos,

vamos operar com umas 10 ou 12 pessoas vindas de fora, mas depois de alguns anos teremos só pessoas locais", ressaltou o Diretor.

Hamilton Amadeo disse ainda que os funcionários podem assumir ou continuar todos os tipos de cargos, inclusive o de diretoria. "Têm pessoas muito bem preparadas e informadas. Nós já avaliamos. Saneamento é um serviço local e eu quero que as pessoas que vão prestar serviços para a cidade more na cidade", finalizou.

(Ithyara Borges)

IMPASSE

Depois

Curiosidades das curiosidades. O conselheiro-presidente do TCE Olavo Rebelo só recebeu formalmente a notificação do desembargador Sebastião Martins sobre a liminar tirando do tribunal o processo da subconcessão da Agespisa por volta das 13h30 de ontem.

Bem antes

Muito antes do meio-dia, muito antes, o secretário Franzé assinava o contrato com a Aegea. Alguém falou ai que tem horas que o apressado come cru?

Apreciação

Na sessão de hoje, o TCE deve decidir se cumpre ou não a liminar do desembargador Sebastião Martins. Ou a engolirá goela abaixo sem estrilar.

Não custa lembrar

O corpo técnico do TCE comprovou que a experiência de uma empresa em uma cidade de apenas quatro mil habitantes – que representa 0,5% da população de Teresina – não pode decidir um processo licitatório para os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário da capital, que tem em torno de 900 mil



João Madison: combate à pobreza o que já estava ruim

habitantes ou mais de 1 milhão, flutuante.

Por isso que a maioria dos conselheiros decidiu na sessão do dia nove último não só por anular o quesito atestado técnico e sugerir por nova licitação de preços.

Dieta

A liminar do desembargador Sebastião Martins vai mexer na dieta do conselheiro Kennedy Barros. Ele tomou conhecimento da decisão de tirar o assunto do TCE quando se encontrava em São Paulo. Mas hoje, bem cedo estará na sessão do tribunal para tratar do assunto.

Coluna Arimatéia Azevedo. Página 4

QUINTA

23 de março de 2017 | Teresina - Piauí | Ano 29 - Nº 11.054 | R\$ 2,00 - Outros estados R\$ 3,50

DIÁRIO

DO POVO DO PIAUÍ

SUBCONCESSÃO

TCE-PI ainda não foi notificado do parecer do TJ

O presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE), conselheiro Olavo Rebelo, informou que já tomou conhecimento do teor do Mandado de Segurança do Tribunal de Justiça que suspendeu o trâmite do processo no TCE sobre a subconcessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário de Teresina. No entanto, ele ainda não recebeu a notificação judicial.

O conselheiro Olavo Rebelo declarou que o Tri-

bunal de Contas do Estado cumpriu a sua parte e fez a sua função. Informou que após o TCE ser notificado, o documento será lido e, em conjunto com os outros conselheiros, tomar uma decisão. Ele disse que "é praxe o Tribunal de Contas acatar decisões judiciais". Afirmou que dessa vez o TCE não irá fazer diferente.

Quando receber a notificação do Tribunal de Justiça, Olavo Rebelo pretende encaminhá-la ao setor jurídico do TCE e com base no

parecer o TCE irá apresentar a sua opinião;

Caso a Justiça não envie a decisão do desembargador Sebastião Ribeiro Martins ao TCE até hoje, os conselheiros devem analisar o processo da subconcessão dos serviços de abastecimento d'água e esgotamento sanitário da capital piauiense. O conselheiro Luciano Nunes havia pedido vistas do processo e o prazo dele apresentar o seu parecer está marcado para esta quinta-feira. (MR)



Conselheiro Olavo Rebelo esteve ontem na Assembleia com o deputado Themístocles

Página 3. Editoria de Política

Olavo Rebelo

Simples assim.

O que significa a decisão do Tribunal de Justiça de suspender a análise do Tribunal de Contas sobre o processo de contratação de empresa para o serviço de abastecimento de água e esgoto de Teresina?

É que libera o Governo do Estado para contratar a empresa Aegea, avencedora do certame.

Coluna Magalhães. Caderno 2, Página 2.



JULGAMENTO

TCE decide anular admissão de concursados em Marcos Parente

Em sessão ordinária, o Tribunal de Contas do Piauí (TCE-PI) julgou ilegal o procedimento de admissão de pessoal efetivo na Prefeitura de Marcos Parente, realizado no ano passado pelo ex-prefeito Manoel Emídio. Para tomar a decisão, os representantes do órgão de controle tomaram como base o relatório do conselheiro Jaylson Campelo, impondo ainda ao antigo gestor a aplicação da multa de 5.000 Unidades Fiscais de Referência (UFR-PI), cerca de R\$ 16 mil.

O questionamento envolve os registros admissionais

de concurso público com edital datado em 2016, indicando a existência de irregularidades em tais atos, de tal modo, a Corte de Contas apontou que foi concedido um prazo para que o ex-prefeito se manifestasse em relação a peça, explicando que mesmo após inúmeras notificações a Manoel Emídio, o processo retornou sem justificativas ao órgão de controle. Através da decisão, o TCE-PI determinou que o atual prefeito, Pedro Nunes (PT), cumpra-a no prazo máximo de 30 dias.

A definição do processo

mostra a atenção do TCE junto aos processos de admissão e demissão conduzidos por gestores e ex-gestores nos últimos meses, de modo que para evitar qualquer irregularidade quanto ao cumprimento do que é disposto em lei, houve um intenso acompanhamento na instalação das comissões de transição nos municípios piauienses. O indicativo versa para que nenhuma gestão seja prejudicada, viabilizando a manutenção do equilíbrio com gastos relacionados a pessoal, mesmo em tempos de crise econômica. (F.T.)

TCE deve se pronunciar nesta quinta sobre decisão do TJ que liberou subconcessão



Imprimir



Confira também

[Blog do Bira: A subconcessão da Agespisa na Câmara e no TCE hoje](#)

[Grupo vem ao Piauí contestar licitação da subconcessão da Agespisa](#)

[Projeto de subconcessão da Agespisa ainda não tem data para votação](#)

[Auditores do TCE recomendam ajustes no ato de subconcessão da Agespisa](#)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) deve se pronunciar nesta quinta-feira (23) sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), que suspendeu o trâmite processual e todas as decisões administrativas do TCE sobre a licitação de subconcessão dos serviços da Agespisa. Hoje, o governo assinou contrato com a Aegea Saneamento e Participações S/A, empresa vencedora no processo licitatório.

O presidente do TCE, Olavo Rebelo, passou a manhã reunido com os conselheiros do Tribunal. Procuradores do Estado também foram recebidos pelo presidente, que deve se manifestar somente nesta quinta durante a sessão plenária.

A decisão foi tomada pelo desembargador Sebastião Ribeiro Martins após o Governo do Estado alegar a existência de situação que poderia prejudicar a segurança jurídica do processo, uma vez que a empresa SAAB, que fez o questionamento do certame no TCE, também já tinha impetrado ação na 2ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública e havia sido negada. Para não haver decisões diferentes nas duas esferas (TCE e TJ) o governo pediu suspensão das decisões administrativas recomendadas pelo TCE a fim de que o processo de subconcessão não seja prejudicado e continue andando normalmente.

No texto da liminar, o desembargador destacou que a atividade do poder judiciário se sobrepõe sobre os tribunais de contas, que são meros órgãos auxiliares do Poder Legislativo. O desembargador frisa que a função do TCE é analisar a prestação de contas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, mas que a continuidade do processo de análise da subconcessão poderia gerar decisões conflitantes.

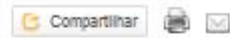
O contrato com a empresa foi assinado na Secretaria de Estado da Administração e Previdência (SeadPrev) pelo secretário Franzé Silva; superintendente de Parcerias e Concessões, Viviane Moura, e presidente da Aegea, Hamilton Amadeo.

Com a contratação da empresa, haverá o processo de transição e um cronograma para o início das obras será estabelecido. O contrato, com prazo de 31 anos, prevê investimentos de R\$ 1,7 bilhão, para garantir 100% de cobertura de abastecimento de água e esgoto na capital. A Aegea ofertará mais de R\$160 milhões de contribuição financeira a título de outorga. Essa empresa concessionária e contratada agora pelo Estado tem um prazo para depositar esse valor, que será utilizado no processo de reestruturação da Agespisa.

Link: <http://cidadeverde.com/noticias/243910/tce-deve-se-pronunciar-nesta-quinta-sobre-decisao-do-tj-que-liberou-subconcessao>

TCE-PI e Polícia Militar ampliam parceria para reforçar policiamento

Policiais devidamente equipados circularão na viatura pela área do Centro Administrativo e atenderão



CASA DO CARTUCHO
RECICLADORA

TINTAS E TONNERS COMPATÍVEIS
COM VÁRIAS MARCAS

(86) 3221-8618 / 3083-0435

Rua Tersandro Paz - 2162
Centro Sul - Teresina/PI



Como ir do estágio à gerência



Militar do Piauí, e é fruto de cooperação técnica firmada entre o TCE-PI e a PM-PI.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio de sua Assessoria Militar / Pelotão Especial de Segurança, colocou em funcionamento uma viatura policial para atender à região do Centro Administrativo, que inclui secretarias e órgãos da administração estadual, o próprio TCE-PI, Tribunal de Contas da União e Associação Piauiense de Municípios (APPM), além de bairros vizinhos.

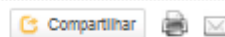
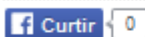
Policiais devidamente equipados circularão na viatura pela área do Centro Administrativo e atenderão chamadas de bairros circunvizinhos, a fim de reforçar o policiamento e a segurança da população no local. A entrada em operação do veículo policial faz parte de uma série de ações previstas em um plano estratégico que prevê a melhoria e ampliação dos serviços de policiamento na região do Centro Administrativo, a capacitação e requalificação do efetivo policial e a aquisição de diversos tipos de equipamento (armas, coletes e radiocomunicadores).

A viatura é um veículo alugado pelo Tribunal, integrante da Coordenação Geral de Operações (CGO) da Polícia

Link: <http://180graus.com/piaui/tcepi-e-policia-militar-ampliam-parceria-para-reforçar-policiamento>

Fotos: Alunos de Direito da Universidade Federal do Piauí visitam o TCE-PI

Alunos de Direito da UFPI assistem à sessão plenária do TCE-PI, nesta quinta-feira



COMSERV PLUS
CONTROLE AMBIENTAL DE PRAGAS
(86) 3221-7957 9 9972-8945

“Somos especialistas em Barreira Química para controle de Cupins”



Como ir do estágio à gerência



disse ela. O conselheiro-substituto Delano Câmara, professor de Direito da UFPI, acompanhou os alunos na visita.

Ele disse que a iniciativa tem por objetivo abrir o TCE-PI para os alunos de Direito e mostrar sua importância para o cidadão. “É uma forma de estimulá-los a manter o sonho de mudar o mundo, que todos nós temos principalmente quando jovens”, observou. O presidente do TCE-PI, conselheiro Olavo Rebelo, também saudou os estudantes em plenário.

Parabenizou-os pela escolha do curso, desejou que busquem a realização pessoal e profissional que os motivou a fazer Direito e disse que espera revê-los futuramente, “já atuando como profissionais do Direito”.

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI), por meio da Escola de Gestão e Controle (ETGC), recebeu nesta quinta-feira (16) a visita de 40 alunos calouros do curso de Direito da Universidade Federal do Piauí (UFPI). A iniciativa teve por objetivo mostrar para os estudantes o funcionamento do TCE-PI e a aplicabilidade do direito. Os estudantes conheceram a EGC e outros setores do TCE-PI.

Também acompanharam parte da sessão plenária. Para o coordenador do curso de Direito da UFPI, Samuel Nascimento, o curso de Direito traz a esperança para o novo aluno de poder contribuir com o funcionamento do Estado e da sociedade, e o Tribunal de Contas, segundo ele, representa essa expectativa de eficiência. “Acredito que a visita vai servir para fazê-los enxergar o que os espera no mundo profissional”, observou.

Yala Rodrigues, uma das novas alunas, conta que gostou muito da visita, principalmente quando estiveram no plenário. “É uma maneira de inserir a gente no curso e ampliar os nossos horizontes para entendermos realmente o que iremos fazer quando nos formarmos”,

Conselheiro do TCE não reconhece decreto de emergência em Gilbués

A decisão, datada de 17 de março, foi tomada após a realização de inspeção in loco de prédios públicos, serviços públicos essenciais, veículos e da documentação apresentada pelo prefeito.

RAISA BRITO

22/03/2017 © 21h27 - atualizado © 21h30

[f](#) Compartilhe no Facebook

[t](#) Compartilhe no Twitter

[g+](#) Compartilhe no Google+

[✉](#) Enviar por E-mail

[+](#) Mais opções

O conselheiro Delano Carneiro da Cunha Câmara, do Tribunal de Contas do Estado, determinou em decisão monocrática o não reconhecimento, por parte do Tribunal de Contas do Estado, do **Decreto Municipal de Emergência nº 001/2017 de 02/01/2017**, baixado pelo Prefeito Léo Matos (PPL), de Gilbués.

Foto: Facebook/Leo Matos



Prefeito Leo Matos

A decisão do conselheiro, datada de 17 de março, foi tomada após a realização de inspeção in loco de prédios públicos, serviços públicos essenciais, veículos e da documentação apresentada pelo prefeito. Segundo a decisão, “não restou configurada a situação emergencial que autorize a adoção de medidas de caráter excepcional, como a dispensa de licitação para contratação direta, conforme relatório emitido pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM , no qual recomenda o não reconhecimento do Decreto Municipal de Emergência”.

O conselheiro determinou ao prefeito que se abstenha de realizar qualquer despesa tendo como fundamento o Decreto Municipal de Emergência.

A decisão, segundo o conselheiro, “é medida de prudência pelo risco de grave lesão à Lei de Licitações e seus princípios”. No dia 9 de março, **o prefeito Leo Matos chegou a visitar o presidente do TCE, Olavo Rebelo**, para apresentar as razões da necessidade do decreto de emergência.

Outro lado

Procurado pelo **GPI**, o vice-prefeito Maninho afirmou que o prefeito já foi notificado da decisão do TCE e que todas as contratações estão sendo realizadas mediante licitações. "Ele já está sabendo disso, ele está fazendo os processos licitatórios dentro da lei, obedecendo a decisão do TCE", declarou.

Link: <http://www.gp1.com.br/noticias/conselheiro-do-tce-nao-reconhece-decreto-de-emergencia-em-gilbues-411264.html>

CONSELHEIROS FALAM EM CERCEAMENTO DA FUNÇÃO CONSTITUCIONAL DO TCE

NO ÓRGÃO, O CLIMA É DE INSATISFAÇÃO COM A LIMINAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ SOBRE A LICITAÇÃO DA AGESPISA

23/03/2017 10:37 - Atualizado em 23/03/2017 11:51



Decisão incomodou conselheiros (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado (TCE) não gostaram nem um pouco da liminar do Tribunal de Justiça do Piauí que jogou pelo ralo o trabalho da Corte sobre a licitação da subconcessão da Agespisa. No órgão, o clima é de insatisfação com a atitude.

O presidente Olavo Rebelo informou que foi notificado da decisão na tarde da quarta-feira (22) e que vai acatá-la. Apesar disso, o TCE deve recorrer à Justiça contra a medida. A questão será enviada para o setor jurídico e em seguida todos os conselheiros decidirão pelo ingresso na via judicial.

Abelardo Vilanova e Luciano Nunes já externaram o desejo do TCE se impor diante da situação. Eles falaram em cerceamento da função constitucional do órgão.

"Devemos questionar. O TCE foi cerceado da sua missão constitucional e saiu perdendo nessa questão. Tem que haver firmeza deste tribunal nesse caso", desabafou Abelardo.

Luciano Nunes seguiu a mesma linha. "Não entendo porque é cerceado o direito do TCE de exercer o controle externo. Como se suspende um processo para pedir informações sobre ele?", questionou.

O TCE terá 10 dias para fornecer ao Tribunal de Justiça informações sobre o caso. O sentimento na Corte é de indignação com a atitude do governo de atropelar o trabalho dos conselheiros e levar o caso para o Judiciário.

POR UNANIMIDADE

TCE APROVA CONTAS DE THEMÍSTOCLES

MESMO COM PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS, O RELATOR E EX-DEPUTADO LUCIANO NUNES VOTOU PELA APROVAÇÃO E FOI SEGUIDO PELOS DEMAIS

23/03/2017 10:23 - Atualizado em 23/03/2017 11:35



Themístocles Filho tem contas aprovadas no TCE (Foto:JailsonSoares/PoliticaDinamica.com)

O Tribunal de Contas do Estado (TCE) aprovou na sessão desta quinta-feira (23) a prestação de contas do deputado estadual Themístocles Filho (PMDB), referente a gestão da Assembleia Legislativa do Piauí, no exercício de 2013. A aprovação foi por unanimidade, mas com ressalvas e aplicação de multa.

Os conselheiros decidiram aprovar as contas mesmo contrariando parecer do Ministério Público de Contas, que apontava diversas irregularidades e pedia a reprovação. O relator do processo foi o conselheiro e ex-deputado Luciano Nunes. Ele votou pela aprovação e foi seguido pelos demais conselheiros.

Link: <http://www.politicadinamica.com/noticias/lidia-brito/tce-aprova-contas-de-themistocles1490275678-7777.html>

TCE ENTENDE QUE TEM PODER PARA JULGAR LICITAÇÃO DA AGESPISA

DECISÃO LIMINAR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ QUE SUSPENDE LONGO TRABALHO DO TCE CAUSOU SURPRESA ENTRE CONSELHEIROS

22/03/2017 13:10 - Atualizado em 22/03/2017 14:47



Presidente do TCE vai ouvir colegas sobre a decisão (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica)

A decisão do Tribunal de Justiça que suspendeu o trâmite processual da licitação da subconcessão da Agespisa no âmbito do Tribunal de Contas do Estado (TCE) pegou os conselheiros de surpresa. É como se todo o trabalho deles fosse jogado pelo ralo, mesmo após o governo dizer reiteradas vezes que respeitaria as decisões tomadas por eles.

Apesar disso, sequer esperou a conclusão e recorreu ao TJ. Conforme matéria publicada em destaque pelo site do governo do estado nesta quarta-feira (22), o desembargador Sebastião Ribeiro Martins justifica em sua decisão liminar que “a atividade do poder judiciário se sobrepõe aos tribunais de contas, que são meros órgãos auxiliares do Poder Legislativo”.



Conselheiros querem discutir o assunto (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

Mas, não é bem assim que pensa o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Olavo Rebelo. Para ele, engana-se quem acha que o TCE deve se restringir simplesmente a julgar contas. Olavo lembrou que a Lei Orgânica do órgão permite julgamento de casos como este da licitação da subsconcessão da Agespisa e lembrou que o TCE vinha fazendo seu papel.

Em conversa com a reportagem do **Política Dinâmica**, o presidente disse que interferências em decisões do TCE são antigas e que é comum os inconformados recorrerem a outros tribunais contra atos da Corte de Contas. Ele disse que vai reunir os colegas do Tribunal para discutir o assunto e se posicionar sobre o caso. Os demais conselheiros querem o debate.



Jackson vai aguardar posicionamento conjunto (Foto: Jailson Soares/PoliticaDinamica.com)

JACKSON VERAS COMENTA

O conselheiro Jackson Veras também falou sobre a decisão do TJ de suspender as decisões do TCE no caso da Agespisa. "O tribunal não pode dar continuidade, está impedido com essa decisão. Cabe ao Tribunal acolher ou tomar providências no sentido de reformulá-la. Mas isso vai ser avaliado pelos conselheiros e a decisão será externada pelo presidente", falou.

Link: <http://www.politicadinamica.com/colunas/gustavo-almeida/tce-entende-que-tem-poder-para-julgar-licitacao-da-agespisa1490199758-7769.html>